

Revista do  
**TRT5**

Publicação do Tribunal Regional  
do Trabalho da 5ª Região

**Autogestão  
em Saúde:  
um ganho para  
servidores e  
magistrados**

**Legislação  
do Trabalho  
Doméstico:  
veja o que  
está valendo**

**Sete varas da Justiça baiana cumprem  
a meta de sentenças líquidas**

**Nova sede em Brumado  
atende a mais de meio  
milhão de pessoas**

**Edição nº 03/2015  
maio/jun/jul**



Tribunal Regional  
do Trabalho da  
5ª Região



semana nacional da  
**EXECUÇÃO TRABALHISTA 2019**  
21 a 25/09



**Desembargador Presidente**  
Valtécio Ronaldo de Oliveira

**Vice-Presidente**  
Nélia de Oliveira Neves

**Corregedor Regional**  
Luiz Tadeu Leite Vieira

**Vice-Corregedor Regional**  
Yara Ribeiro Dias Trindade

**Juizes Auxiliares da Presidência**  
Gilmar Carneiro  
Ana Paola Diniz

**Secretária-Geral Judiciária**  
Luciana Aguiar

**Secretário-Geral da Presidência**  
Manoel Evangelista Neto

**Diretor-Geral**  
Tarcísio Filgueiras

**Assessora da Presidência**  
Thais Vieira de Oliveira

**Assessoramento Administrativo**  
Linda Madalena Souza Araújo  
André Pereira

**Diretora da Secretaria de  
Comunicação Social**  
Léa Paula Septímio Coury

---

**Equipe Técnica (TRT5)**

**Coordenação Geral:** Léa Paula Coury  
e Valdicéa do Val

**Edição:** Valdicéa do Val

**Revisão:** Carola Rapp

**Apoio:** Franklin Carvalho, Lázaro  
Britto, Antônio da Mata e  
Jaílides Pereira

**Estagiários:** Mauá Moreira  
e Pedro Neto

**Imagens:** arquivo de fotos Secom

---

**Produção (MC&G Design Editorial)**

**Redação e Fotografia:**  
José Carlos de Castro

**Produção:** Maria Clara P. Costa

**Projeto Gráfico/Diagramação:** Glaucio  
dos Santos Coelho

**Ilustração:** André Flauzino

**Impressão:** MC&G Design /  
Athalaia Gráfica.

**Você tem uma ação  
na fase de execução?  
Tente um acordo.  
inscreva-se pelo e-mail  
conciliar@trt5.jus.br**

**www.trt5.jus.br**



**Valtécio Ronaldo de Oliveira**  
 Presidente do Tribunal Regional  
 do Trabalho da 5ª Região

**E**m tempo de balanço semestral, o TRT5 finaliza mais uma etapa do seu planejamento com grande sucesso, graças ao significativo empenho de seus servidores e magistrados. O Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) já está funcionando em 85% das varas e a previsão é de que, até o final de outubro, 100% delas já estejam contando com o sistema. Outra

novidade bastante reconfortadora foi a implementação do TRT5 Saúde, após nove anos de gestação e adequação às necessidades efetivas do nosso público, levando em consideração baixos custos e excelência do atendimento.

Realizamos também com sucesso o II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, em Porto Seguro, onde contamos com a exposição de 44 projetos que serão recomendados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para fazerem parte do Planejamento Estratégico dos Tribunais.

Com grande alegria ajudamos também o sofrido povo que habita o sertão baiano: mais de meio de milhão de pessoas ganhou um novo fórum, em Brumado, atendendo mais 29 cidades de sua jurisdição. Foi uma luta dura, mas, com a ajuda de importantes parceiros, vencemos e entregamos mais um prédio aos cidadãos.

Gostaria de parabenizar servidores, magistrados e estagiários, não só pela sua cotidiana dedicação ao cumprimento das metas do nosso planejamento estratégico, como pela pujante demonstração de carinho e solidariedade ao próximo que sofreu com o flagelo dos desabamentos causados pelas chuvas inclementes que castigam a capital baiana e parte do interior. Arrecadamos R\$ 6.252,00, que foram utilizados para comprar mais de 100 Kg de alimentos, produtos de limpeza e de higiene pessoal.

Podemos festejar, ainda, no âmbito da legislação, um importante marco nas relações laborais, que foi a sanção pela presidenta Dilma Rousseff da lei dos domésticos, regulamentando os direitos e deveres desses trabalhadores, facilitando a atuação dos magistrados, no que tange à aplicação das normas que farão valer as garantias desta importante categoria.

Sigamos para esta nova etapa que se inicia com o segundo semestre. No mais, é como diz o poeta: **Fé na vida, fé no homem, fé no que virá. Que os servidores consigam o PCS. Um abraço no coração de vocês.**

## Sumário

II Encontro de Boas Práticas	2
Lei do Emprego Doméstico	5
Entrevista: Desembargadora Graça Boness	8
Programa de Educação Postural	10
Tecnologia: Expansão do PJe	13
Infraestrutura	14
Pessoas: servidor de mil talentos	18
Trabalho Seguro: novas ações	20
Cálculos: varas campeãs	22
Curtinhas	24



# II Encontro de Boas Práticas: um cardápio de soluções compartilhadas

Criatividade, inovação e humanismo dominaram as palestras realizadas durante o evento em Porto Seguro.

Imagine se o tempo gasto para se cadastrar um processo físico no PJe-JT caísse pela metade com a utilização de um programa que cuidasse do preenchimento dos dados mais burocráticos (OAB, CPFs, endereços). E se houvesse técnicos de informática disponíveis pelo WhatsApp para acudir um magistrado em dificuldades com o PJe? Dívidas trabalhistas pagas com cartão de crédito? Ações de saúde para servidores do interior?





Estas e outras novidades podem se tornar realidade não só no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), mas em todos os Regionais do Brasil. O anúncio desses projetos foi feito durante o II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, realizado em Porto Seguro, de 9 a 11 de abril. Como resultado, as sugestões e inovações serão recomendadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para fazerem parte do Planejamento Estratégico dos Tribunais.

“Ao todo, foram 139 projetos inscritos, mas o tempo não foi suficiente para abranger todos os projetos, então foi feita uma seleção atingindo 44 temas”, explicou o presidente do TRT5 e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs, Valtércio de Oliveira. Sobre as sugestões, encaminhadas ao CSJT, o coordenador do Comitê Gestor de Estratégia da Justiça do Trabalho, Alexandre Luís Ramos, observou que não se trata, contudo, de fazer uma eleição ou imposição da adoção de projetos mas de “eleger os de maior resultado e recomendar que todos os tribunais incorporem estas ações nos seus planejamentos estratégicos”.



### Priorizar cada vez mais o 1º Grau

Ficou claro para os presentes que é necessário priorizar, cada vez mais, as soluções para o 1º grau já que, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante o evento, essa esfera do Judiciário Nacional é responsável pela tramitação de 62,2 milhões de processos (93% do acervo total da Justiça).

Na Justiça do Trabalho há 6.937.007 processos tramitando no 1º grau, entre novos e pendentes, enquanto 929.079 tramitam no 2º grau, segundo o CNJ. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o magistrado Rubens Curado Silveira, em sua palestra sobre a Política Nacional de Atenção ao 1º Grau, salientou



que é cada vez mais necessário estimular a criação de programas voltadas para o setor, pelo CNJ e pelos Tribunais, envolvendo, sobretudo, a racionalização de recursos materiais e humanos, incluindo a infraestrutura tecnológica, capacitação e governança.

A transmissão ao vivo do Encontro pelo portal do TRT da Bahia (Canal 1 da WebTV), em tempo real, viabilizou também a adesão mais rápida dos demais regionais às soluções apresentadas. Um exemplo é o Programa de Monitoramento e Avaliação de Desempenho Operacional do 1º Grau do TRT21 (RN). Logo após o assessor de Planejamento e Qualidade daquele Regional, Rafael José Barbosa Andrade, concluir a apresentação do projeto, a equipe de Gestão Estratégica do TRT4 (RS) entrou imediatamente em contato com o Tribunal potiguar

a fim de levantar dados para replicar a solução.

**AGILIDADE** - O projeto de Automação do Cadastro de Processos, apresentado pelo servidor do TRT10 (DF e TO) Vander Luís da Conceição, foi um dos maiores destaques no quesito desburocratização do sistema. “É uma aplicação que se conecta ao sistema de acompanhamento de processos do 1º grau, extrai e fornece todas as informações necessárias ao cadastramento do Projeto no PJe-JT e realiza *upload* de peças processuais”.

Já na área fim, destacou-se o Núcleo de Conciliação Humanista, concebido pelo TRT13 (PB). “A psicologia explica que há um favorecimento ao diálogo quando as partes estão em uma mesa redonda e as cadeiras são posicionadas em uma altura só. Até mesmo o magistrado e os advogados. A gente deixa que eles se localizem, escolham seus lugares”, explicou a servidora Nayara Mota.

**Pela 1ª vez o Encontro de Boas Práticas foi transmitido em tempo real pela internet**

Foi mostrada também uma alternativa para os que têm dificuldade de honrar seus acordos: o pagamento de dívidas trabalhistas no cartão de crédito, que viabiliza o parcelamento e garante a pontualidade. No Pará já funciona. “Apesar de parcelado ele é integral

para o trabalhador. A administradora se responsabiliza em fazer o pagamento”, explicou o chefe da seção de projetos do TRT8 (PA/AP) Henrique Vila Nova.

O Judiciário Trabalhista tem um perfil inovador, até mesmo por ser um dos ramos mais novos da

Justiça, enquanto há outros onde a tradição é mais arraigada, avaliou ao final do evento Alexandre Luís Ramos. Para ele, cada Tribunal Regional do Trabalho (TRT) pode criar e absorver a inovação instalada por outro, a depender da sua adequação à realidade regional.

## Projetos Baianos

**O Tribunal Regional da Bahia (TRT5), organizador do evento, apresentou cinco projetos durante o II Encontro de Boas Práticas. Em comum, todos enfocaram a inovação no planejamento, a melhora no atendimento e o envolvimento de magistrados e servidores na gestão.**

Um dos destaques foi o Quadro Eletrônico de Perícia, que permite às varas visualizarem a disponibilidade de peritos das diversas especialidades e que possam atender em qualquer cidade do estado, e ao orçamento disponível para remunerá-los. O diretor-geral do TRT5, **Tarcísio Filgueiras**, explicou que se trata uma rubrica orçamentária que já existe e que só pode ser utilizada para este fim. “O CSJT comprova que essa ação se torna efetiva à medida que os processos são resolvidos. Isso tem viabilizado a obtenção de recursos para esta ação”, explicou. Tanto é assim, enfatizou, que o volume de perícias realizadas subiu de 239 no ano de 2007 para 5.952 somente nos primeiros meses deste ano. O investimento que era de apenas R\$ 120 mil já chega a cerca de R\$ 5,9 milhões, possibilitando a solução mais célere dos processos.

Já o painel *Reabilitação no Trabalho*, apresentado pela chefe da Seção de Assistência Social, **Elzita Brandão**, tratou das propostas para uma adequada reinserção de servidores do TRT5 afastados por motivos relacionados à saúde, com repercussão positiva na sua capacidade laboral. Um dos principais cuidados é o estabelecimento de uma relação de parceria e de confiança com o reabilitado, de modo que a sua produtividade possa ser restabelecida sem prejuízos para a sua condição geral de saúde. “Um laudo de recomendações é construído, depois validado e assinado pela Junta Médica, e encaminhado para a chefia imediata do servidor”, explicou.



Na exposição *Inspecção Física e Análise Documental*, o juiz **Júlio Massa** explicou como o TRT5 vem organizando mutirões para a análise individualizada dos autos nas varas, e como isso vem impulsionando as execuções trabalhistas e fiscais. O objetivo principal da ação, segundo o magistrado, é “identificar e corrigir distorções nas tramitações que afetam as taxas de congestionamento dos processos em fase de execução”.

Outro destaque do TRT5 foi o painel *Penhora Unificada*, apresentado pela juíza **Fátima Caribé**. Ela explicou que grandes devedores da Justiça do Trabalho são identificados e os seus processos reunidos na Central de Execução. Com isso, as negociações e cobranças ao devedor são facilitadas. “Nosso Tribunal estabeleceu a competência aos juízes da Central de Execução para que possam fazer a penhora unificada”, explicou a magistrada.

A *Capacitação de Servidores para Implantação do Sistema PJe*, referência

nacional, foi explanada pela coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas, Gal Brandão. Ela detalhou o desafio de preparar não só os operadores da própria instituição, mas também os operadores externos – advogados, procuradores e peritos. “A cada implantação do sistema, oferecemos cursos específicos na região abrangida, com a devida antecedência”, contou. Ela destacou a importância de tratar, em cada módulo, dos aspectos peculiares de cada grupo – os oficiais de justiça, os assistentes de juízes e os diretores, exemplificou, lidam com situações próprias e suas funções e precisavam ter a opção de ver isso pormenorizado nos treinamentos.



## SERVIÇO

Para maiores detalhes, veja o hot site do evento, onde há várias apresentações na íntegra, em PDF: <http://encontroboaspraticas.trt5.jus.br/ebp-programacao> e também o portal do trt5 no YouTube: <https://www.youtube.com/user/trt5ascom>

# Lei do Trabalho Doméstico é sancionada

Recolhimento obrigatório do FGTS das domésticas deve começar em novembro



Após sanção presidencial, o controle de ponto se tornou obrigatório

“Na Bahia são 500 mil domésticos e 150 mil deles trabalham na RMS”.

**A**gora é lei. O texto que amplia os direitos dos empregados domésticos, conhecido como *PEC das Domésticas*, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) do último dia 2 de junho, ou seja, dois anos depois da promulgação da emenda constitucional. O texto foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 1º de junho – algumas normas entram em vigor imediatamente e outras ainda requerem regulamentação. Ao todo, na Bahia, são 500 mil domésticos, sendo que cerca de 150 mil trabalham na Região Metropolitana de Salvador, de acordo com dados da Federação

Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

Dentre os novos direitos que foram regulamentados estão: adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola; seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de despedida sem justa causa. Desde 2013, já estavam valendo nove direitos como hora extra e jornada de trabalho de 8 horas diárias.

**VETOS** - A regulamentação teve dois vetos. O primeiro foi ao dispositivo que incluía os vigilantes na escala de 12 horas corridas por 36 de

descanso. A presidenta considerou o inciso como matéria estranha ao objeto do projeto de lei, pois os vigilantes têm uma legislação específica. O segundo afetou dispositivo que previa a violação de fato ou circunstância íntima do empregador ou família como fator para justa causa. Dilma Rousseff considerou a medida como ampla e imprecisa, o que daria margem a possíveis fraudes.

Para o juiz do Trabalho Agenor Calazans, a regulamentação apresenta outros desdobramentos cruciais e não necessariamente de ganhos para a categoria. A antiga lei, observou o magistrado, estabelecia que a natureza do serviço



caracterizava a relação empregatícia, ou seja, a quantidade de dias era apenas um indício. Agora, com a nova lei, o número de dias é fator determinante. “Quem tem um diarista que trabalha três dias por semana terá um empregado. Mas a pessoa que preferir não ter empregado pode contratar dois diaristas por semana, um às segundas e quartas, e outro às terças e quintas. Isso pode vir a ser desfavorável para ambos, mas vamos ver”.

Para a presidente da Fenatrad e do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Estado da Bahia, Creuza Oliveira, houve avanços, como o FGTS, mas ela reclama da demora na regulamentação e se preocupa com a falta de fiscalização. “Não podemos generalizar mas pode haver patrão que pode inventar uma justa causa”, disse. Esse temor baseia-se no histórico de violação corriqueira de direitos da categoria: um exemplo disso é o fato de que cerca de 70% dos empregados domésticos ainda não

têm carteira assinada no estado.

Com relação aobancodehoras, “a precarização é maior ainda”, avalia. Pela nova lei, as jornadas que ultrapassar em as 44 horas semanais deverão ser compensadas com folgas. As primeiras 40 horas, remuneradas, e o restante com compensação em até um ano. Ou seja, o texto da Câmara Federal previa três meses para a compensação, mas, prejudicando as trabalhadoras domésticas, o prazo foi estendido para 12 meses. As centrais sindicais e lideranças da classe protestam contra a medida por considerá-la inconstitucional, pois temem que venha a flexibilizar a jornada de trabalho já estabelecida para os trabalhadores.



Fenatrad se preocupa com a fiscalização da nova lei

A lei aprovada pelo Congresso Nacional e agora sancionada, além de definir direitos do trabalhador doméstico, institui também o Simples Doméstico, que é um regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico. O novo regime tributário deverá ainda ser regulamentado no início de novembro (120 dias após a publicação no DOU).

## Lei do Trabalho Doméstico

### PEC das Domésticas

Diário Oficial da União (DOU)  
do último dia 2 de junho

## Entenda as novas regras

Em vigor a partir de 2/06

**JORNADA / CONTROLE DE PONTO OBRIGATÓRIO** – Considerando a jornada máxima de 8 horas, com o limite de 44 horas semanais de trabalho (prevista desde abril de 2013). Em caso de horas extras, os empregados poderão fazer até duas horas por dia. Se cumprirem oito horas de segunda-feira à sexta-feira, no sábado, deverão trabalhar apenas

quatro horas. O horário de almoço poderá ser reduzido para 30 minutos, mediante acordo prévio por escrito. E é facultado às partes, também, mediante acordo escrito, estabelecer horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação

**ADICIONAL NOTURNO** – Trabalho noturno é toda aquela atividade realizada das 22h às 5h. A hora do trabalho noturno deve ser computada como de 52,5 minutos - ou seja, cada hora noturna sofre a redução de 7 minutos e 30 segundos. A remuneração do trabalho noturno deverá ter acréscimo de 20% sobre o valor da hora diurna.

**ADICIONAL DE VIAGEM** – Quando o empregado acompanhar o empregador em viagem, serão consideradas apenas as horas efetivamente trabalhadas no período. A remuneração-hora do serviço em viagem será no mínimo 25% superior ao valor do salário hora normal, mas esse adicional também poderá ser convertido em banco de horas a ser utilizado a critério do beneficiado.

**BANCO DE HORAS** – As primeiras 40 horas extras devem ser pagas

em dinheiro para o trabalhador doméstico. A partir daí, cada hora extra pode ser compensada com folga ou redução da jornada em até um ano.

**LICENÇA-MATERNIDADE** – A empregada doméstica gestante terá direito a licença-maternidade de 120 dias.

**LICENÇA-PATERNIDADE** – De cinco dias, até que lei própria venha a disciplinar.

**DESCONTOS SALARIAIS** – É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia, bem como por despesas com transporte, hospedagem e alimentação quando houver acompanhamento em viagem. Ficam permitidos, além da alíquota de contribuição previdenciária devida, apenas os descontos: de 6% sobre o

salário para transporte (desde que esse valor não ultrapasse o valor total mensal para o transporte), em casos de adiantamento salarial e, mediante acordo escrito entre as partes, de até 20% do salário, para a inclusão do empregado em planos de assistência médico-hospitalar e odontológica, de seguro e de previdência privada.

**INSS** – A nova lei reduziu o pagamento da contribuição previdenciária por parte do empregador de 12% para 8% ao INSS. Já no caso da contribuição feita pelo próprio trabalhador, o pagamento ao INSS continua igual ao modelo atual, que é de 8% a 11%, de acordo com a faixa salarial.



## Ainda dependem de regulamentação

**FUNDO PARA PAGAMENTO DA MULTA DOS 40%** – O empregador terá que depositar, mensalmente, 3,2% do valor recolhido de FGTS em uma espécie de poupança que deverá ser usada para o pagamento da multa dos 40% de FGTS a qual o trabalhador tem direito quando demitido sem justa causa. Se o trabalhador pedir demissão, for demitido por justa causa, se aposentar ou falecer, os recursos ficam para o empregador.

**SEGURO DESEMPREGO** – O seguro-desemprego poderá ser pago durante no máximo três meses, no valor de um salário mínimo, para o empregado doméstico dispensado sem justa causa. Mas o acesso ao benefício só será permitido se o trabalhador comprovar vínculo empregatício de pelo menos 15 meses nos últimos dois anos. A exigência é maior do que para os demais trabalhadores com carteira assinada.

**SALÁRIO-FAMÍLIA** – O benefício será pago pela Previdência Social da seguinte forma: quem ganha até R\$ 725,02 ganha R\$ 37,18 por filho de até 14 anos incompletos ou inválido; quem ganha acima de R\$ 725,03 até R\$ 1.089,72 recebe R\$ 26,20 e quem tem remuneração superior a R\$ 1.089,72 não tem direito.

Seguro por Acidente de Trabalho - As domésticas passarão a ser cobertas por seguro contra acidente de trabalho, conforme as regras da previdência. A contribuição é de 0,8%, paga pelo empregador.

Obrigatoriedade do FGTS - A inscrição do doméstico pelo empregador no FGTS ainda não é obrigatória, apesar de a lei prever o recolhimento de 8% do salário do empregado. Pelas regras publicadas no DOU, esse direito ainda depende da publicação de um regulamento sobre o assunto pelo Conselho Curador do FGTS e pela Caixa Econômica Federal, operadora do fundo.

**AUXÍLIO-CRECHE/ PRÉ-ESCOLA** – O pagamento de auxílio-creche e pré-escola para para filhos de até cinco anos dependerá de convenção ou acordo coletivo entre sindicatos de patrões e empregadas.

**E**m um bate-papo esclarecedor com a presidente da Comissão de Autogestão do TRT5-Saúde, desembargadora Graça Boness, a magistrada anunciou que o plano já tem data para sua efetivação plena, 1º de agosto, mas todos os interessados deverão aderir ao programa até o dia 15 de julho. Vantagens, onde tirar dúvidas, como será o atendimento aos servidores, magistrados e seus dependentes? Confira abaixo.



**Revista do TRT5 - Por que os planos de autogestão em saúde têm se tornado uma opção corrente nas grandes corporações?**

Graça Boness (GB) - No Brasil, este sistema tem se mostrado uma boa opção porque os planos privados têm se tornado

muito custosos. As grandes corporações, com responsabilidade sobre suas populações, já têm essa preocupação há muito tempo. No TRT da Bahia, há 9 anos temos a ideia de implantar um plano de autogestão, mas só na teoria. Somente agora partimos para a execução, premidos pelos altos custos e pela instabilidade dos planos privados nos processos coletivos que a qualquer instante podem gerar conflitos. A autogestão aqui vai

utilizar para o servidor o próprio orçamento destinado à saúde, proporcionando custos menores para um atendimento melhor.

**Quais são as principais vantagens para os usuários?**

Pessoalidade no atendimento, menos custos para as contribuições (preços mais convidativos do que os planos privados) e uma rede credenciada melhor selecionada.

**Como tem sido a experiência de autogestão em saúde nos outros regionais do Brasil?**

Um sucesso. As experiências nos tribunais superiores, como no Supremo Tribunal Federal, no TST, na Justiça Federal, e em outros regionais trabalhistas, como os TRTs do DF e Tocantins e o do Pará, comprovam a eficácia desse sistema. Esse bom resultado se justifica pela administração do plano e sua proatividade, que são os diferenciais. Quando o usuário se credencia num plano de autogestão de saúde ele se sente mais envolvido com a própria instituição. Saúde é uma questão prioritária para todo ser humano, pois se trata da sua sobrevivência.

**“O TRT Saúde representa menor custo e melhor atendimento para servidores e magistrados”.**



**Como está sendo feita a construção da rede credenciada na capital? E no interior?**

Fizemos um sistema de credenciamento que já conta com a adesão de grandes clínicas, hospitais e profissionais. Mas continuávamos carentes no interior e também em nível nacional. Para suprir essa lacuna, o que é que a gente fez? Um credenciamento com a Amil, que atende em todo o país. O plano se chama Blue700 da Amil. Vamos ter a carteira do TRT5 e outra carteira da Amil para todos os beneficiados do interior e da capital. Nos locais onde a carteira do TRT5 não cobre, como em outros estados e até em aqui em Salvador, haverá a segurança de o serviço ser suprido pela rede da Amil nacional.

**O convênio com a Amil foi um efetivo ganho de qualidade para o TRT5 Saúde?**

O credenciamento com a Amil me deu paz. O credenciado terá uma cobertura de uma rede maior, que já tem muitos anos de instalação e ela vai se comportar com você como parte do sistema de autogestão aqui do Tribunal. É assim que os tribunais citados anteriormente fazem. O custo é menor de contribuição e o atendimento é melhor e maior.

**Qual a data da efetiva implantação do TRT5 Saúde? Como aderir?**

A data efetiva da implantação será 1º de agosto. O plano está aberto à adesão. Basta acessar o site do TRT5 Saúde (<http://saude.trt5.jus.br>) ou ir diretamente na intranet, em Gestão de Pessoas, até o dia 15 de julho. Aqueles que

efetuarem a adesão a partir do dia 16/07, somente poderão ingressar no programa a partir do dia 1º de setembro.

Os únicos excepcionados de aderir são aqueles oriundos da Promédica. Estes, automaticamente, vão para o nosso plano.

Estamos muito confiantes e, aproveitando a ocasião, convido a todos para que se credenciem porque os planos de saúde privada no Brasil estão muito caros e esta será uma excelente opção.

**Haverá desconto imediato da contribuição mensal no contracheque do servidor ou magistrado assim que ele efetive o cadastramento?**

Quando se fizer o cadastramento não haverá desconto. Apenas a partir de 1º de agosto é que haverá.

**Quais os cuidados que serão tomados pelos gestores em relação ao controle das sinistralidades?**

No regulamento do plano existe uma previsão de até 80% de sinistralidade. À medida que o índice for ultrapassado o Conselho Deliberativo vai se reunir para motivar outras ações.

**Opções como Psicologia e Odontologia serão oferecidas? Caso seja, há limite de consultas?**

Odontologia, não. Psicologia, sim. Para este caso haverá limitação de consultas, que serão limitadas, seriadas, podendo chegar a 48 sessões a cada 12 meses, mediante autorização do Conselho Deliberativo. Outros tratamentos seriados - fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional - também serão contemplados, com número

de sessões específicas que podem ser conferidas no link Normas e diretrizes do atendimento, que fica na área Prestador do site do programa.

**Alguma novidade para melhorar ainda mais o plano?**

Sim. No próximo ano vamos incorporar a rede credenciada da Saúde Caixa. Isso está previsto para julho de 2016. O contrato está sendo fechado.

**Qual foi o know how utilizado para a estruturação do TRT5 Saúde?**

Quando fui convidada para a execução deste plano de Auto-gestão de Saúde, que já estava no prelo há 8, 9 anos, fiquei insegura porque havia muita coisa para ser concretizada. Após o apoio do TST Saúde, na figura do Dr. Marcus Vinicius, foi incrivelmente fantástico, porque eles, do Tribunal Superior do Trabalho, nos deram a expertise que nós não tínhamos. Sempre fui juíza. Nunca lidei com gestão de planos, sinistralidade, número de vidas, taxa de sinistralidade e eles, do TST Saúde nos deram esta base e continuam até hoje nos orientando em parceria. Quando implantarmos o plano, a equipe do TST Saúde, podem ter certeza, estará conosco para deslançar o barco.

**O pretense beneficiário que tiver dúvidas pode consultar quem?**

Pode consultar o site exclusivamente dedicado ao TRT5 Saúde, no endereço <http://saude.trt5.jus.br>, e o SAPS (Serviço de Atendimento aos Planos de Saúde), que fica no 5º andar da sede administrativa do TRT5, em Nazaré, e pelo telefone (71) 3319-7112.

# Programa de Educação Postural é sucesso de aceitação

Um dia o terceirizado do setor de manutenção José Carlos Valverde foi assistir a uma das aulas de postura laboral oferecidas pela Seção de Qualidade de Vida do TRT5 e descobriu que o simples detalhe de sentar numa cadeira com uma carteira no bolso traseiro pode afetar a coluna, uma vez que ela naturalmente se entortaria para acomodar o corpo. “Também pude me prevenir sobre certos movimentos que estava fazendo quando estava operando a serra”, contou.

Ao seulado, o parceiro de oficina Gilberto Oliveira também se pôs a pensar sobre as dicas que estavam sendo ministradas pela especialista em Fisioterapia e Ergonomia do Trabalho, Lilian Rodriguez. “A aula foi muito importante porque aprendi que devemos flexionar mais as pernas e os joelhos em relação ao peso. Quando agachamos ou quando carregamos algo, por exemplo, devemos sustentar o peso mais nos joelhos, nas pernas, e não na coluna”.

Ao chegarem de volta ao seu local de trabalho, encontraram o responsável pelo setor de manutenção de automóveis, o servidor Jonaldo Sacramento, comentando sobre a importância da pausa laboral (após 50 minutos de uma atividade repetitiva, 10 minutos de descanso). “A pausa laboral é o que dá alívio à coluna, combatendo o sedentarismo”, observou o servidor.

Índice de participação de presentes nas aulas de educação postural chega a 95%



**Servidores aprendem que, desde a posição do sentar até a forma de trabalhar, influencia a saúde e se conscientizam sobre a importância da pausa laboral**



Além disso, “muitas vezes tenho que pegar uma ferramenta ou ver um pneu furado, um defeito no motor e nesse sentido, a ginástica laboral já me ensinou a não fazer movimentos bruscos”, contou Sacramento.

**AVANÇOS** - Os avanços do programa de Educação Postural são vistos em toda parte do TRT5. Prova disso é o índice de participação média de servidores e terceirizados nas aulas de educação postural, que chega a 95%. “A intenção não só do programa de educação postural, mas de todas as ações desenvolvidas é a de integrar as instâncias ligadas direta ou indiretamente e promover a qualidade de vida”, explica a chefe da Seção de Qualidade de Vida, Daniela Mascarenhas.

A fisioterapeuta Lilian Rodriguez explica que, antes da implantação do PJe, havia mais trabalho físico, deslocamentos reais. “Após a implantação, a maioria dos servidores ficam mais tempo sentados, o que gera mais trabalho diante do computador, ou seja, acaba predispondo a uma maior probabilidade de lesões osteomusculares, se não forem tomados alguns cuidados”.

Daí a necessidade de que as ações visando à qualidade de vida se alinhem com o planejamento estratégico do TRT5.

O programa de Educação Postural, iniciado em março último, está dividido em três aulas em cada uma das 151 unidades dos Fóruns da capital e já se configura em mais um dos acertos do Programa de Qualidade de Vida do TRT5. A primeira aula foi sobre Anatomia da Coluna e Postura; a segunda sobre Ergonomia e Antropometria e a terceira foi sobre Atividades da Vida Diária e Exercícios Preventivos. Está prevista a continuidade

deste Programa para o segundo semestre, tendo como foco o ajuste ergonômico dos postos de trabalho.

A Ginástica Laboral, que prossegue no segundo ano nos Fóruns da capital, será estendida para as unidades do Interior do Estado (o Edital de Licitação está em elaboração).

Todos os setores do Tribunal poderão encaminhar para a SGP, por meio do endereço Intranet/Ginástica Laboral/Ginástica Laboral/Listar Observações, sugestões e/ou reclamações sobre os prestadores de serviço da ginástica laboral e educação postural.

É importante destacar que o Programa de Educação Postural incentiva a autonomia para que o servidor observe a adequada postura e o ajuste ergonômico do seu posto de trabalho (altura da cadeira, apoio dos pés, altura do monitor, brilho).

“A Administração tem se preocupado em adquirir mobiliário bom, adequado, mas, às vezes, a falta de informação sobre os ajustes do equipamento pode gerar problemas”, explica Daniela Mascarenhas. Com a realização das aulas, o servidor pode aprender o que deve fazer para melhorar, como, por exemplo, a correta adequação da altura da sua cadeira, monitor, e a postura de punho, mão e braço ao digitar. O programa fornece também a adoção de hábitos saudáveis fora da jornada de





trabalho - desde a melhor posição para o sono até o uso de sapatos com saltos.

**PORTAL** - Já está em fase de preparação também o Portal da Qualidade de Vida, na Intranet, com previsão de lançamento para este ano. Lá estarão disponíveis os conteúdos de todos os programas que estão acontecendo (eventos e resultados), além de ser um espaço interativo onde servidores e magistrados terão acesso e poderão postar artigos e sugestões.



**Seção de Qualidade de Vida do TRT5: sempre atenta à melhoria das condições de trabalho**

## Seção de Qualidade de Vida e seus parceiros

O Programa Qualidade de Vida ganhou reforço, em junho, com a criação de uma seção específica, dentro da Secretaria de Gestão de Pessoas, para gerenciar programas e projetos a serem implantados no Tribunal, voltados à prevenção de doenças crônicas e ocupacionais e à promoção de saúde. A Seção de Qualidade de Vida funcionará também como instrumento de integração e alinhamento entre as diversas unidades e programas focados em atividades para melhoria das condições gerais de trabalho em todo o Regional.

**Comitê de Saúde do Trabalhador (CSTrab)** - Órgão colegiado que conta com a participação de representantes de várias unidades do Tribunal e funciona como fórum de discussão sobre a saúde do trabalhador. É uma iniciativa pioneira do TRT5, em relação aos demais regionais e teve papel fundamental para a criação do Programa de Qualidade de Vida do TRT5. Desde o início do estabelecimento do Planejamento Estratégico, em 2009, o CSTRAB recomendou a inclusão do Programa no Mapa Estratégico do TRT.

**Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Cesmt)** - Trata-se de equipe técnica, embasada na Resolução 141/2014, que estabelece para os Tribunais Regionais do Trabalho a manutenção do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Conta com dois engenheiros de segurança, três médicos do trabalho e dois representantes do CSTRAB.

**Comissão de Reabilitação** - Realiza um trabalho focado no retorno ao trabalho para servidores afastados por problemas de saúde que impliquem alguma restrição laboral. Já estabelecido e firmado, esse trabalho,

também pioneiro, está baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Uma equipe multiprofissional da área de saúde realiza um diagnóstico sobre as funcionalidades e restrições ligadas às atividades do servidores, que norteia o seu retorno.

**Comissão de Acessibilidade** - Trabalha para o estabelecimento de uma cultura de acessibilidade física, social e psicológica dentro do TRT5. Seminários sobre o tema, dinâmicas de sensibilização dos públicos interno e externo, vistoria nos locais de trabalho são algumas das ações já realizadas. Outro exemplo foi a criação de uma Equipe Multiprofissional voltada à avaliação de servidores, em estágio probatório, com necessidades especiais, que visa, além da verificação da compatibilidade do servidor com o cargo, o estabelecimento das condições de trabalho necessárias à sua adaptação do servidor.

**Programa de Saúde Bucal** - Educação para a saúde bucal realizada pelos odontólogos do Tribunal dentro das unidades de trabalho, incluindo as unidades do interior. É outro trabalho pioneiro no TRT5. Durante as visitas, a equipe odontológica repassa informações

para a adequada higiene oral e prevenção da doença gengival inflamatória, disponibilizando para o servidores e magistrados kits individuais com escova e fio dental. O Programa resultou ainda em intervenção ambiental nos sanitários, com a colocação de fio dental e enxaguatório bucal.

O trabalho teve 100% de aceitação por servidores, conforme demonstram os resultados da pesquisa realizada; além de ter tido como resultado a mudança de hábitos voltados à prevenção de doenças periodontais: para 81% dos entrevistados, as ações ajudaram na mudança de hábitos de higiene e saúde bucal.

**Coordenadoria de Projetos Especiais** - Dentro da área de Promoção de Saúde, a Coordenadoria de Projetos Especiais se destaca na realização de ações diversas como: TRT Cultural, Coral, Grupo de Teatro, Saúde para Todos, Corrida Ecológica, além de comemorações e reflexões em datas festivas. Dentre os destaques mais recentes, estão as Oficinas de Meditação e o Grupo de Autoconhecimento.

**Veja mais detalhes dos projetos no endereço eletrônico**  
<http://saude.trt5.jus.br/saude-qualidade-vida>

# Semestre fecha com expansão e aperfeiçoamento do PJe-JT

85% das varas trabalhistas baianas já operam com o novo sistema

**E**sse primeiro semestre demarca no âmbito da Justiça Trabalhista um novo marco histórico com a instalação do Processo Judicial Eletrônico em uma versão aperfeiçoada. Antes do PJe, cada ato praticado tinha que ser feito em três fichas e guardadas, era uma loucura, mas as tecnologias avançam e a Justiça do Trabalho está evoluindo com os novos tempos", avalia o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira.

Melhorias na navegação, correção de problemas e novas funcionalidades para facilitar o trabalho de magistrados e servidores (veja quadro). Estão as vantagens da nova versão 1.5.0.1 do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). De acordo com informações do Núcleo de Suporte ao PJe (Nusop), uma das principais novidades é o Gerenciamento de Informações do Magistrado, que permite ao juiz ou desembargador trabalhar em mais de uma unidade judiciária (mais de uma Vara ou mais de um Órgão Julgador Colegiado) e ver em uma só página todos os processos de todas as unidades, com as suas respectivas tarefas.

**EXPANSÃO** - O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-BA) vai operar totalmente com o Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) até o final de 2015. Um total de 165 mil processos já tramitam com o PJe-JT na Bahia, abrangendo quase 30 mil advogados



Presidente do TRT5 destaca modernização do PJe para dar maior conforto aos usuários

cadastrados no 1º e no 2º graus. Atualmente, 85% das 88 Varas do Trabalho no estado trabalham com o sistema. De janeiro a junho deste ano o PJe chegou aos municípios de Bom Jesus da Lapa, Valença, Irecê, Jacobina, Barreiras, Guanambi e Brumado.

A Justiça do Trabalho se destaca como a que melhor moderniza seu atendimento ao cidadão em todo o país. No Brasil, 1.207 Varas do Trabalho já implantaram o PJe, representando 81,8% do total implantado pelo Poder Judiciário, de acordo com dados apresentados no encontro técnico que reuniu os comitês gestores em Brasília no último dia 15/04.

Os próximos municípios que terão implantados o PJe até o final do ano são: Eunápolis e Porto Seguro (31/07), Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas (31/08), Ipiauí e Jequié (11/09), Paulo Afonso (28/09), Itaberaba (16/10), Simões Filho (19/10), Euclides da Cunha (28/10) e Conceição do Coité (29/10).

## TRT5 e OAB/BA querem capacitar advogados

Capacitar os advogados da capital e do interior e os estudantes de direito de Salvador que estiverem cursando os últimos semestres para operar e entender o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Nesse intuito, o TRT5 e a Ordem dos Advogados do Brasil (seção Bahia) deverão fechar convênio para formalizar as ações de parceria.

O anúncio da futura medida foi realizado no último dia 22/04 durante reunião do Comitê Regional do Processo Judicial Eletrônico TRT-BA. Foram apresentados os projetos de melhoria em desenvolvimento dentre os quais se destacam: acessibilidade para deficientes visuais, consulta unificada a processos, aperfeiçoamento do sistema AUD, integração financeira com bancos, nova versão do Sistema e Jus integrada ao PJe e gestão interna de Gabinetes e Secretarias.

Na ocasião, foram apresentados também projetos de melhoria em desenvolvimento dentre os quais se destacam: acessibilidade para deficientes visuais, consulta unificada a processos, aperfeiçoamento do sistema AUD, integração financeira com bancos, nova versão do sistema e Jus integrada ao PJe e gestão interna de Gabinetes e Secretarias.



# Brumado ganha novo fórum da Justiça do Trabalho



---

Novo local tem 808 m<sup>2</sup> de área construída e foi arquitetado com plena condição de acessibilidade

---



**Novo fórum atenderá um público de 30 cidades do Sudoeste baiano**

**A** sede antiga da Vara do Trabalho de Brumado, que foi criada em 1992, funcionava em uma casa alugada, que já não comportava as crescentes demandas dos jurisdicionados. Hoje, com 30 cidades, a jurisdição brumadense atende a uma população superior a meio milhão de pessoas e movimenta uma média de 1.500 processos por ano. Para garantir melhor atendimento para essa significativa parcela da população, no último dia 19 de junho, dois importantes investimentos do TRT5 em infraestrutura tornaram-se realidade: o novo Fórum Desembargador Luis de Pinho Pedreira e a instalação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho.



A cerimônia foi iniciada com o hasteamento das bandeiras do Brasil pelo presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira; da Bahia, pelo juiz Genivaldo Guimarães; e de Brumado, pelo prefeito Aguilberto Lima Dias; ao som do Hino Nacional, executado pela Lira Ceciliana Brumadense. Em seguida, o presidente do TRT5 descerrou a placa comemorativa da inauguração do prédio, com a juíza Carla Novelli, e desatou a fita inaugural, em companhia do prefeito, do presidente da OAB-BA, Luiz Viana Queiroz, e do presidente da Câmara Municipal, Alessandro Lobo. As bênçãos foram proferidas pelo Padre Eutrópio.

“A inauguração deste novo fórum de Brumado representa o início de uma nova etapa para esta cidade e para as demais de sua jurisdição. Foi uma luta para conseguirmos fazer esta sede, contamos também com o apoio de empresas, da OAB, de deputados que fizeram suas emendas parlamentares, além da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura de Brumado. Estou muito feliz”, disse o presidente Valtércio de Oliveira. Permeando todas as falas houve, de fato, um clima de desafio vencido coletivamente, o que pôde ser percebido também nos semblantes de magistrados, servidores, advogados, cidadãos e da classe política que presenciou o evento.

**ENDEREÇO** - O fórum novo situa-se na Rua João Teófilo Pereira, s/nº, no bairro de Santa Tereza, um dos vetores de expansão imobiliária da cidade e tem área construída de 808 m², tendo sido erguido em terreno de 2.724,55 m². A nova sede é equipada com ambientes para secretaria, gabinete do juiz,

arquivo, salas de audiência e de advogados. Além disso, foi especialmente arquitetada para dar condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e conta com estacionamento para aproximadamente 30 carros.

Preparado para o futuro, o novo fórum conta ainda com espaço para a instalação de mais uma vara. Além disso, todas as salas de trabalho estão interligadas entre si, o que permite melhor circulação interna dos servidores, processos e outros materiais. A Juíza titular de Brumado, Carla Novelli, destacou que “tínhamos uma sede que já não comportava a realidade da Vara do Trabalho de Brumado devido ao número excessivo de processos, pelo volume de trabalho e a dificuldade advinda de ser um prédio antigo”. Agora, salientou ela, “temos uma mudança de paradigma com a organização do corpo de servidores de forma estruturada”.

A jurisdição da unidade da Justiça do Trabalho em Brumado, a 564 km de Salvador, na região Sudoeste do Estado, abrange, além do município-sede, as cidades de Abaíra, Aracatu, Barra da Estiva, Boquira, Botuporã, Caculé, Caturama, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Érico Cardoso, Guajerú, Ibiassucê, Ibiocoara, Ibipitanga, Ituaçu, Jussiape, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Maetinga, Malhada de Pedras, Paramirim, Piatã, Presidente Jânio Quadros, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Tanhaçu e Tanque Novo.

Ao todo, uma população de 537.547 pessoas, de acordo com dados do IBGE, compõem a jurisdição de Brumado e serão beneficiados – direta ou indiretamente – com a instalação do novo prédio.

“ A inauguração deste novo fórum de Brumado representa o início de uma nova etapa...”

A pluralidade de atividades econômicas da região, destacando-se a extração de minérios, como magnesita, talcos e granitos são as principais geradoras de demandas na Justiça do Trabalho local, seguido pelas atividades de pecuária ovina e bovina e na lavoura de feijão, algodão e mandioca.

De acordo com dados extraídos no Sistema de Apoio à Decisão até 31/03/2015 encontravam-se em andamento na unidade 4.330 processos, sendo 1.953 na fase de conhecimento, 104 na fase de liquidificação e 2.273 na fase de execução.

**PJE** - A instalação do processo eletrônico em Brumado ocorreu um dia depois da implantação da vizinha Guanambi. Atualmente 74 das 88 Varas do TRT5 já utilizam o sistema. Até novembro, a previsão é de que o PJe chegue às 14 restantes, padronizando o trabalho na 1ª Instância, pois o sistema já é usado na 2ª Instância do TRT5 desde 2012.

Como gesto formal de implantação do PJe, o advogado Maurício Ferreira protocolizou a 1ª ação trabalhista eletrônica no fórum, cujo número é 10001.09.2015.5.05.0631, e que teve a primeira audiência imediatamente marcada para o dia

17/8/2015 às 14 horas. Por isso, e também por facilitar o trabalho de magistrados e servidores, o sistema

representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário.

O cadastro dos usuários pode ser feito no portal do TRT5 ([www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br)), no link PJe-JT.



**Cerimônia de inauguração foi prestigiada com a presença da classe jurídica e da comunidade**

## Mestre Pinho, um jurista que foi exemplo de humanismo

O homem cujo nome batiza o novo fórum de Brumado foi mesmo uma pessoa marcante e bastante querida, não só na comunidade judicial, mas entre os familiares e amigos. Os discursos e passagens de sua vida foram lembrados por quase todos que discursaram no dia da inauguração em uma chuva de predicados positivos seja no que tange à sua história jurídica ou ao seu perfil de humanista.

O desembargador Luiz de Pinho Pedreira da Silva – ou Mestre Pinho, como era carinhosamente chamado por alunos e colegas – nasceu em São Gonçalo dos Campos (BA) em 20/10/16 e foi presidente do TRT5 no biênio 1975/1977. Membro também do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, foi promovido a juiz do TRT da 5ª Região em virtude da Lei nº 5.442/68, tendo tomado posse em 1968. Em 1973, foi empossado no cargo de vice-presidente do TRT5. Em 1981, foi eleito presidente da 2ª Turma, ali permanecendo até 1983.



Solteiro e sem filhos, aposentou-se em 15 de outubro de 1986 e faleceu em 22 de janeiro de 2014. A família do desembargador foi representada na inauguração pelo sobrinho Sérgio Pedreira de Oliveira, que destacou seu papel como “sempre um bom tio, atencioso, querido e conselheiro para todos os da sua família”.

Foi ainda por diversas vezes presidente do Bahia British Club (Clube dos Ingleses) e, junto a Orlando Gomes e Martins Catharino, editou a primeira revista de

Direito do Trabalho da Bahia, a Ergon.

“Já era um defensor do direito trabalhista quando esse conceito ainda não havia sido ainda plenamente definido”, salientou o presidente do TRT5, Valtércio de Oliveira. Na ocasião, o presidente lembrou aos que resistem de alguma forma a dominar a nova ferramenta do PJe-JT do exemplo de perseverança que o homenageado deu em dominar novos conhecimentos: “Do alto dos seus 90 anos, comentou com o colega magistrado que estava começando a estudar italiano, pois não dominava o idioma”.

# Guanambi ganha biblioteca especializada em Direito do Trabalho



O presidente do TRT5, ao lado da filha e do sobrinho do jurista que dá nome ao novo espaço cultural

A cidade de Guanambi, a 676 km de Salvador, ganhou da Justiça do Trabalho um importante espaço de formação cidadã, com a inauguração no último dia 18/06 da Biblioteca Messias Pereira Donato, que funcionará no Fórum Hermes Lima, Avenida Inês Yara Teixeira Cotrim, s/nº. Composta principalmente por livros doados pelo magistrado, filósofo e jurista guanambiense, cujo nome homenageia o novo espaço cultural. O ato foi considerado pelo presidente do TRT5, Valtécio de Oliveira, como “uma doação que terá impacto sobre muitas vidas, levando luz, cultura e formação profissional a toda uma região”.

Emocionados, também estiveram presentes representantes da família de Messias Donato como a filha Sandra e o sobrinho, o ex-secretário estadual do Trabalho, Nilton Vasconcelos, além de outras autoridades, servidores e diversos advogados que militam na região. A biblioteca surgiu quando Messias Pereira Donato resolveu doar, em fins de 2014, seu acervo de Direito do Trabalho com cerca de 3.500 títulos. A família, através de contato

com a desembargadora Ana Lúcia Bezerra, iniciou o diálogo com a Presidência e a Vice-Presidência do TRT5, e acertou os detalhes da transferência, em dezembro último.

Messias Donato faleceu em março de 2015. O magistrado justificou à época que a doação era uma forma de homenagear a sua terra, da qual foi o primeiro advogado. Sua doação foi ainda enriquecida pela família do seu falecido irmão Gildásio Pereira Donato, que entregou seu acervo de Direito Civil à mesma biblioteca. A consulta e o empréstimo de livros vão ocorrer como mais um serviço prestado pela Vara no seu horário de funcionamento (9 às 17 horas), por solicitação direta à secretaria da unidade.

A jurisdição da Vara de Guanambi abrange o respectivo Município e os de Caetité, Candiba, Carinhanha, Igaporã, Iuiú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Malhada, Matina, Mortugaba, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi. A unidade recebeu, no último triênio, cerca de 6.702 novos processos (uma média de aproximadamente 2.234 por ano).

## Reformas no interior

Assesdas Varas do Trabalho de Santo Amaro e de Euclides da Cunha passaram por recentes reformas de infraestrutura, visando oferecer melhores condições de funcionamento e acessibilidade para juízes, servidores e o público que frequenta a Justiça do Trabalho. Em Santo Amaro foram realizados reparos na rampa de acesso, pintura de paredes e da grade de proteção, correções de infiltração no telhado, além de serviços nas áreas de elétrica e hidráulica.

Já em Euclides da Cunha, o fórum local passou por reformas de infraestrutura, atentando, principalmente às questões de funcionamento e acessibilidade. As reformas foram conduzidas pela Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior (Cauí).



“uma doação que terá impacto sobre muitas vidas, levando luz, cultura e formação profissional”.



# Fábio Damasceno: o servidor de mil talentos

Restauração, agronomia, eletrônica, marcenaria são as muitas habilidades do técnico judiciário

Com nove anos ele já pegava as ferramentas do avô Cícero para restaurar e fazer carrinhos, helicópteros, cofrinhos, galinheiros e telhados. O patriarca da família já nem ligava mais quando via os seus apetrechos revirados, pois logo constatava: “É Bin” (Binho). Desde pequeno que o técnico judiciário Fábio Costa Damasceno, nascido há 47 anos em Vitória da Conquista, já dava mostras de que seria bom no que quisesse. As ruas do bairro, lapeadas pelas patinetes que ele próprio fazia, eram suas testemunhas.

Restaurador, desenhista de móveis, professor de Física, engenheiro agrônomo, plantador de árvores ... Não, não se trata de anúncios no caderno de empregos. Essas são apenas algumas das qualificações desse servidor, lotado na Coordenadoria de Manutenção e Conservação do TRT5, no 2.º andar do Edifício Presidente Médici, em Nazaré. Com simplicidade, observa o porquê das profissões e aptidões que teve de aprender: “Tive que me arrumar na vida, fui pai novo”.

Na hora da foto ele pergunta: “Rindo ou sério? Se for sério tem que ver se os dentes cabem dentro da boca”, e ri. E segue o dia assim: alto astral. Quem estiver meio cabisbaixo (ou mesmo que não esteja)

ouvirá de Fábio uma frase que, quando nada, tornará o dia mais engraçado. Casado com Sila Moraes há 28 anos, ele foi criado no bairro Brasil, de classe média, filho de Dona Marinalva e Seo José Ferreira. Desde jovem já mostrava dons de prodígio: aos 16 anos já estava terminando o 2.º grau ainda em Conquista.

Como nasceu na terra do café, achou por bem formar-se em Agronomia. Aos 21 pegou o canudo, mas logo vislumbrou que não ia amarrar seu futuro no terreno incerto das lavouras, com suas pragas e intempéries. No ano seguinte, queimou as pestanas de novo e fez Medicina. Passou. Tudo ia bem mas, para desespero dos pais, no quinto ano do curso jogou o estetoscópio pra cima, trancou matrícula e se aventurou em uma nova seara: a Física.

“Mas menino, vai largar Medicina?” Não teve jeito. Dona Marinalva quase colapsou. Seu Zé Ferreira idem. Por sinal, quando passou no concurso do TRT5, em 1992, ele ainda estudava para ser médico. E lá se foi. As leis da fisiologia foram cambiadas pelas Leis de Newton. A anatomia foi substituída pela ótica, a citologia pela termodinâmica. Nervos deram lugar à cinemática. Hoje em dia sua jornada de trabalho é assim, dividida entre a fiscalização

**“Inspiração vem de móveis do período da monarquia europeia do século XIX”.**

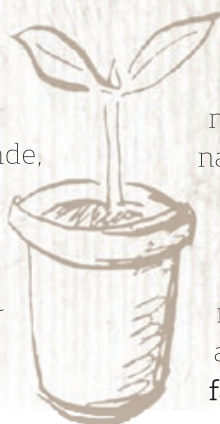


de contratos no TRT e os cursinhos de pré-vestibular. Tem colega em sua sala de trabalho, inclusive, que só o trata por “professor”.

Aplicado desde pequeno, o conquistense virou um papa-concursos na vida adulta: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ipraj e Ipsa do Brasil, dentre outros. Irmão de José Alberto, Flávio, Danilo e Madalena, ele é pai de três filhos: Fábio, Felipe e Maria Eduarda. Aos 21 anos veio morar em Salvador. Dono de um temperamento irreverente, sua função no TRT, na prática, é fiscalizar a gestão dos contratos, mas se vira nos 30 e resolve 1.001 demandas nos diversos setores: coordenar os mensageiros para pegar os processos, conserto de prateleiras, tomadas que não funcionam, troca de lâmpadas, vazamentos, reparos de pintura em bebedouros, criação de novos ramais telefônicos e, por aí vai.

**ARTESANATO** - Aos 25 anos, a vocação do menino marceneiro aflorou de novo, e ele fez uma escrivaninha para o quarto do filho em pátina azul. Ganhou elogios e chegou à conclusão: “Levo jeito”. Comprou manuais, pesquisou e decolou. Logo, a mãe queria uma cômoda restaurada, um irmão queria estilizar outro móvel, os amigos também souberam e o *hobby* foi ganhando vulto.

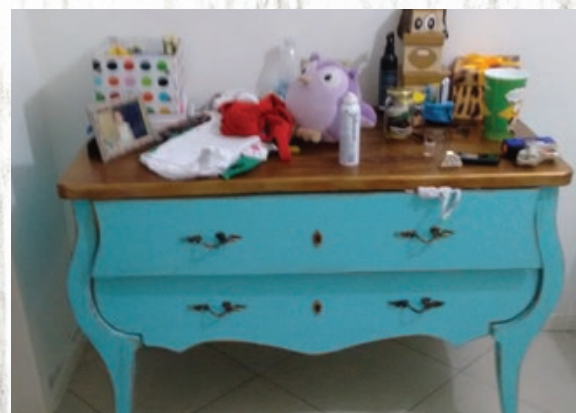
Em 1996 o multiartista mudou-se para Stella Maris e lá, no quintal da casa, montou seu pequeno ateliê/marcenaria, onde, nos finais de semana (ou mesmo durante a noite nos dias úteis) reforma prateleiras e escrivaninhas com madeira de demolição. A Criatividade,



Trabalhando em seu ateliê doméstico, servidor consegue imitar móveis “de grife”

devidamente municiada, sempre ajuda: um dia catou um *palet* na rua e uma cômoda bombê, estilo Luis XV, apareceu. Um pedaço de aduela de porta foi desmanchado e virou penteadeira e uma porta virou cômoda estilo anos 40.

Hoje é assim: se um parente ou amigo traz uma fotografia do que quer, Fábio faz o móvel idêntico, mas vendendo abaixo da metade dos preços de mercado. Como se não bastasse tudo isso, ele ainda faz mudas de palmeiras (do tipo imperial, mini-imperial e açazeiros), todas provenientes de sementes que cata na sua arborizada vizinhança. “Mas essas daí eu dou a quem quiser plantar. Não vendo não”. Quem quiser maiores informações pode acessá-lo através do email [fabiocdfisica@hotmail.com](mailto:fabiocdfisica@hotmail.com)



Com criatividade artista reutiliza madeira reciclada da construção civil e dá show





# Ações educativas e grupo interinstitucional

## Rodoviários

Uma média de quatro saltos a ônibus coletivos acontece diariamente em Salvador de acordo com dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Além disso, doenças do coração e problemas osteomusculares castigam os rodoviários que, somente na Bahia, somam 27 mil empregados. Para discutir estes e outros assuntos, representantes da categoria, magistrados do TRT5, membros do Ministério do Trabalho e Emprego participaram do seminário Condições de Trabalho dos Rodoviários da Bahia, no último dia 20 de março, no auditório da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

Vinte por cento da categoria é afastada pelo INSS por problemas de saúde, de acordo com dados do Sindicato dos Rodoviários no Estado da Bahia. Investimentos em prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais, além de melhorias na segurança pública e sistema de ar-condicionado nos coletivos foram algumas das soluções apontadas para reduzir os problemas de saúde enfrentados pelos motoristas de coletivo.

O seminário foi realizado pela Justiça do Trabalho, em parceria com o Sindicato dos Rodoviários da Bahia e a Fundacentro, como parte do Programa Trabalho Seguro, coordenado pelo TST. Além da desembargadora Léa Nunes,



gestora regional do Programa – que é realizado nacionalmente pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) – os debates contaram com as participações dos juízes do TRT5 Gilmar Carneiro, Rosemeire Fernandes (presidente da Amatra5) e Agenor Calazans.



Debatedores verificam que 20% dos 27 mil rodoviários da Bahia são afastados pelo INSS anualmente



## Unijorge

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Justiça do Trabalho (Trabalho Seguro) foi tema de um ciclo de palestras realizado no dia 1º de junho, no Centro Universitário Unijorge, na Paralela, promovido pela coordenação do Curso de Segurança do Trabalho. O evento reuniu mais de 300 pessoas – entre acadêmicos e professores



– e contou com exposições de magistradas do TRT da Bahia: a gestora regional do Programa Trabalho Seguro, desembargadora Léa Nunes, e a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5), Rosemeire Fernandes.

Além das magistradas, integraram o ciclo de palestras o médico perito e chefe do Serviço de Saúde do Trabalhador da Gerência-Executiva do INSS em Salvador, João Eduardo Pereira, o engenheiro de Segurança da Fundacentro/BA, Marcos Paiva, e o procurador do Ministério Público do Trabalho, Bernardo Guimarães.



Você conhece o  
facebook do TRT5?

Acesse <http://www.facebook.com/TRT5Bahia>

e seja mais um amigo



errado



Getrin

Outro recente instrumento apoiado pela Justiça do Trabalho na Bahia para a prevenção de acidentes é o Grupo de Trabalho Interinstitucional para Prevenção e Combate de Acidentes de Trabalho (Getrin), criado no fim de abril por diversas instituições que atuam na área de proteção ao trabalhador no estado. Um dos objetivos do novo grupo é promover a conscientização de patrões e empregados, por meio de ações junto a escolas e universidades, e realizar ações conjuntas de incentivo a adoção de políticas públicas de prevenção a acidentes e doenças ocupacionais.

O Grupo conta com as participações do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região (TRT5-BA); do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia Geral da União (AGU), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5.ª Região (Amatra5) e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado (SRTE-BA).

certo



# Eles são os campeões de sentenças líquidas



A principal vantagem da sentença com cálculo é tornar a execução do processo mais rápida diminuindo a ocorrência de embargos

**S**ete varas do TRTS cumpriram o planejamento estratégico no item prolação de sentenças líquidas para o ano de 2014. A campeã foi a 3ª Vara de Ilhéus (99,13%), seguida pela 5ª Vara de Feira de Santana (93,45%); 6ª Vara

de Feira de Santana (91,17%); 34ª Vara de Salvador (90,72%); Vara de Itamaraju (84,07%) 4ª Vara de Feira de Santana (81,89%) e 3ª Vara de Feira de Santana (80,75%). O índice estipulado como referência de cumprimento foi de

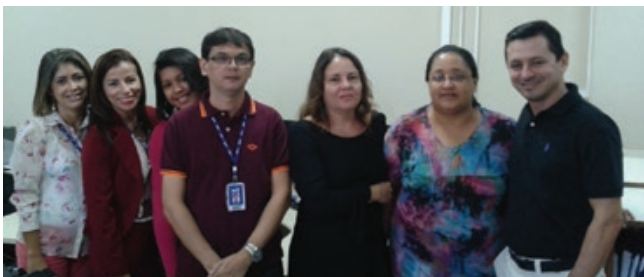
80%, considerando-se apenas as sentenças procedentes ou procedentes em parte. Único calculista da 1ª colocada, o técnico judiciário Ricardo Damasceno, detalhou que desde 1995 trabalha especificamente com cálculos trabalhistas e "o resultado positivo atribuo ao trabalho de equipe. O juiz é diligente e as sentenças vêm de tal forma pormenorizadas com suas diretrizes e parâmetros que facilitam na liquidação da sentença", explica Ricardo Damasceno.

A jurisdição de Feira foi a que mais se destacou entre as que cumpriram as metas com quatro das seis varas, ultrapassando o

**A 3ª Vara Ilhéus foi a campeã de sentenças líquidas da Bahia com o índice 99,13%**







**Estão de parabéns a 5ª Vara de Feira de Santana (93,45%); 6ª Vara de Feira de Santana (91,17%); 34ª Vara de Salvador (90,72%); Vara de Itamaraju (84,07%); 4ª Vara de Feira de Santana (81,89%) e 3ª Vara de Feira de Santana (80,75%)**

índice estipulado. “A opção dos juízes em adotar este sistema de sentenças líquidas é uma recomendação do TRT e do próprio CNJ a fim de que sejam cumpridas as metas do planejamento estratégico e representa uma grande vantagem porque alguma das partes pode até recorrer mas o cálculo já está feito”, explica o diretor do Núcleo de Apoio de Feira de Santana e juiz titular da 6ª Vara daquele município Gilber Santos Lima.

**CELERIDADE** – Juíza auxiliar da 4ª Vara de Feira de Santana, a magistrada Lívia Torres, detalha que “já trabalhamos há 3 anos com este sistema de sentenças líquidas. Com elas os processos fluem rápido, não há demora processual, pois em

relação à execução, não será mais necessário quantificar este cálculo que será incontroverso”. Para acelerar a fase de execução, sugere ela, é necessário aprimorar a capacitação dos servidores calculistas para que possam elaborar mais rapidamente as sentenças líquidas, pois “aí sim a celeridade aumenta”.

Titular da Vara de Itamaraju, 5ª colocada no ranking de cumprimento de metas de sentenças líquidas, o juiz Antônio Pereira de Matos explica que a principal vantagem da sentença líquida é que, após ela ter sido prolatada, “não cabe a impugnação dos cálculos, e não dá ensejo a embargos de execução. A outra vantagem é que a parte já sabe o quanto vai receber e muitas vezes nem recorre”.

“O índice estipulado como referência de cumprimento foi de 80%, considerando-se apenas as sentenças procedentes ou procedentes em parte”.



## AÇÃO GLOBAL

O TRT5 participou com um posto de atendimento na Ação Global deste ano, realizado no dia 30 de maio. As atividades foram desenvolvidas em conjunto com a Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5). Mais de 800 pessoas foram atendidas no estande da Justiça do Trabalho no evento em Salvador, que aconteceu na sede do Sesi/Senai, em Piatã. Além de consultar processos, a população recebeu cartilhas sobre Trabalho Seguro e Saudável e esclarecimentos sobre erradicação da mão de obra infantil, proteção ao trabalho decente do adolescente (contrato de aprendizagem) e combate aos acidentes. Magistrados, servidores da Coordenação Judiciária e da Ouvidoria, além de advogados e voluntários, se revezaram no atendimento.



O Ação Global, uma parceria do Sesi e da Rede Globo, aconteceu simultaneamente em 26 cidades do país, resultando no atendimento de mais de 400 mil pessoas.



## Ajuda aos desabrigados



Magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, sensibilizados pelas dificuldades enfrentadas pelos desabrigados em decorrência das chuvas recentes em Salvador, mobilizaram-se pela arrecadação de alimentos e materiais para ajudá-los. O presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, foi pessoalmente entregar à diretora das Voluntárias Sociais, no dia 8 de maio, mais de uma tonelada de mantimentos, produtos de limpeza e água mineral.

O movimento de solidariedade no TRT5 alcançou uma arrecadação total de R\$ 6.252 para a compra dos produtos. A

arrecadação foi feita pela Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), em Nazaré, e no Fórum do Comércio contou com o apoio do servidor Orocil Pedreira (Nusop) e da equipe 11ª Vara do Trabalho de Salvador. "Ficamos emocionados com a boa vontade de todos aqueles que contribuíram", disse Vânia Fagundes, diretora-adjunta da CPE.

De acordo com a Defesa Civil, há mais de 20 anos não chovia tanto em Salvador como choveu desde o final de abril. Foram registradas mais de 20 mortes e cerca de mil famílias desabrigadas por conta de deslizamentos em diferentes pontos da cidade.

## FETIPA



Em março, o TRT5 abrigou o encontro do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador da Bahia (Fetipa). Foram discutidas as ações que serão realizadas em 2015 para dar maior visibilidade ao combate do trabalho infantil, sobretudo nos veículos de comunicação. O slogan da campanha deste ano será *Não ao trabalho infantil. Sim à educação de qualidade*. Uma das metas do fórum é a captação de novos integrantes e a sua interiorização.

No mês de junho, a campanha foi intensificada com uma série de eventos. No dia 16, foi realizada uma audiência pública na Câmara dos Deputados, uma promoção do Tribunal Superior do Trabalho - TST e do deputado baiano Jean Wyllys, com o tema geral "Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil - 12 de Junho".

No dia 2, no Instituto Anísio Teixeira, em Salvador, já havia ocorrido a videoconferência: *O Que o Município Pode Fazer para Combater o Trabalho Infantil?* Palestras de especialistas sobre o tema foram transmitidas para 33 escolas da rede pública do estado.

## Despedida

A comunidade jurídica despediu-se no dia 10/6 do ex-presidente do TRT5, desembargador Ronald Olivares de Amorim e Souza, figura proeminente do Judiciário Trabalhista. O magistrado destacava-se não só pelo seu conhecimento na área, como pela sua capacidade de liderança. Dois fatos que bem ilustram isso: a participação ativa na fundação da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5), em 1997, e, cerca de 10 anos antes, do Colepreecor - Colégio de Presidentes e Corregedores, do qual foi o primeiro presidente.

Ronald Amorim nasceu em 10 de novembro de 1936 em Castro Alves, na Bahia, filho de Waldomiro Antônio de Souza e Alice Miranda de Amorim e Souza. Iniciou sua trajetória na Justiça do Trabalho como servidor, ainda estudante do Direito. Sua investidura na magistratura trabalhista ocorreu no ano de 1966.

Do dia 3 de janeiro de 1966 até 13 de março de 1967 exerceu a presidência das 1ª, 3ª e 6ª Juntas de Conciliação e Julgamento (as antigas varas) de Salvador. De maio de 1968 até setembro de 1981 foi juiz presidente das Juntas de Propriedade e Maruim, em Sergipe, e Ipiá, Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Amaro e 10ª de Salvador. Foi em seguida promovido, por merecimento, a juiz de 2º grau (desembargador) do TRT5, onde ocupou os seguintes cargos: vice-presidente (1985/1987), presidente (1987/1989) e coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs - Colepreecor (1986/1989). Aposentou-se em 7 de agosto de 1997.

O corpo do magistrado foi velado, com a honras devidas, na Sala de Sessões do Pleno, na sede do TRT5, em Nazaré. O presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, decretou luto oficial por três dias, no âmbito da Justiça do Trabalho da 5ª Região, em face do falecimento.



## Novos desembargadores

O TRT5 empossou dois novos desembargadores no mês de março: Washington Gutemberg Pires Ribeiro, que passou a integrar a 3ª Turma, e Suzana Maria Inácio Gomes, integrada à 1ª Turma. As solenidades de posse ocorreram, nos dias 16 e 17/3, respectivamente, no Gabinete da Presidência do Tribunal, ambas com a expressiva presença de magistrados, servidores e familiares.

Washington Pires foi promovido por merecimento, em vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora Sônia Lima França. Natural de Gentio do Ouro (BA), ele tomou posse no TRT5 em 1992 como oficial de Justiça avaliador, aprovado em primeiro lugar no concurso público. Apenas três meses depois (em junho), já tomava posse como juiz do Trabalho substituto. Em novembro de 1993, foi promovido por antiguidade a juiz titular de Vara do Trabalho, assumindo, sequencialmente, as Varas de Itamaraju, Candeias (em 6/9/2001), 7ª de Salvador (em 20/11/2001), 25ª de Salvador (em 6/8/2002) e a 36ª de Salvador (em 11/10/2005), onde desempenhava suas funções até a promoção a desembargador. Desde 2006, o magistrado vinha atuando

como juiz convocado em diversas turmas do TRT.

A promoção de Suzana Gomes se deu pelo critério de antiguidade, em vaga aberta com a aposentadoria da desembargadora Maria das Graças Silvano Dourado Laranjeira. Natural de Juazeiro do Norte (CE), formada em Direito (1986) e especializada em Direito Constitucional (2007) pela Universidade Federal da Bahia, a nova desembargadora atuou como advogada por três anos antes de ingressar na magistratura. Sua posse no TRT da Bahia ocorreu em abril de 1989, quando entrou em exercício como juíza substituta, tendo atuado por quatro anos em diversas varas da capital e do interior. Em junho de 1993, assumiu a titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Alagoinhas, município distante 108 km de Salvador. A partir daí, esteve à frente, sucessivamente, das 2ª e 3ª Varas de Camaçari, 2ª, 16ª e 32ª Varas de Salvador.



## Juízes promovidos

Três magistrados substitutos foram promovidos ao cargo de titular de Vara do Trabalho, pelo Pleno, no dia 9/6. A juíza Manuela Hermes de Lima assumiu a titularidade da Vara de Guanambi, o juiz Guilherme Guimarães Ludwig, da Vara de Bom Jesus da Lapa, e a juíza Maria de Fátima Caribé Seixas, da Vara de Teixeira de Freitas. As promoções das magistradas ocorreram pelo critério da antiguidade. Já a promoção do juiz Guilherme Ludwig se deu pelo critério de merecimento.





## Inspeção processual

O TRT5 alcançou, em maio, 245,92% de taxa de execução, relação entre quantidade de processos em execução iniciados e baixados. Isso graças ao trabalho realizado durante o segundo mutirão de inspeção física e processual de 2015, ocorrido na primeira semana de maio em 86 varas e na segunda semana em duas varas restantes. Um total de 3.861 processos sofreram baixas definitivas nas 88 Varas do Regional.



No período analisado, o total de processos baixados na fase de execução foi bem superior à média dos três meses anteriores. A média semanal sem inspeção era de 663 autos baixados, enquanto que nas semanas de inspeção o volume chegou a 1.930. Com esse esforço, no acumulado do ano, a taxa de execução também segue positiva - de 172,63% (em números absolutos, um total de 10.002 processos foram iniciados na execução e 17.266 baixados, ou seja, para cada 10 processos iniciados, 17 foram baixados).

Segundo o diretor da Secretaria de Gestão Estratégica (SGE), Márcio Fernando Ribeiro, as inspeções, além de verificarem inconsistências nas tramitações, trazem outros benefícios para os processos, como o saneamento de eventuais irregularidades, a verificação da possibilidade de expedição de certidão de crédito e a designação de audiência para tentativa de conciliação, tudo sob a supervisão dos magistrados.



## Semana da Mulher



A Coordenadoria de Projetos Especiais, com apoio da Escola Judicial do TRT5 (Ejud), promoveu de 9 a 12 de março (segunda a quinta-feira) a programação de eventos *Semana da Mulher: Território Feminino*, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher (8 de março). A programação incluiu palestra com a psicóloga e psicanalista Mônica Veras, sobre *A multiplicidade de papéis da mulher*, apresentação do grupo de teatro do próprio Tribunal, apresentação musical do grupo *Entre Amigos*, oficinas de beleza e sorteio de brindes.



## Homenagem às mães

Teatro, exposição, show musical e sorteio de brindes. Com essa rica programação cultural, batizada com o nome "A Arte de ser Mãe no TRT5", o Tribunal homenageou às mães magistradas, servidoras e terceirizadas. Os eventos foram organizados pela Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), com o apoio da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra).

A apresentação musical foi um dos pontos altos e ficou por conta do grupo Music & Tal, composto pelos servidores do TRT5, Marcus Melo (produtor da banda) e Ivan Nogueira (violonista), pela cantora Tereza Alvaia, pelo pianista Cláudio Matos e pelo percussionista convidado, Joceval.

Outros destaques foram a exposição *Mães do Mundo*, com 13 obras do artista plástico Rô Carvalho, e a esquete teatral *Ser Mãe no TRT5 é uma Arte*, com a atriz Mariana Freire, sobre a multiplicidade de papéis da mulher contemporânea.





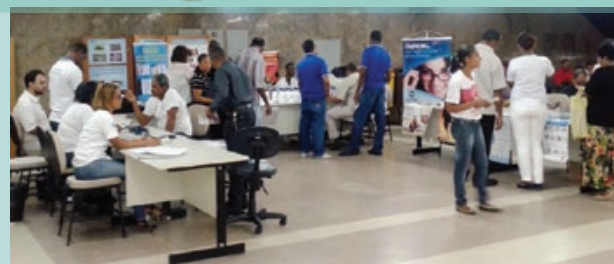
## Saúde



## Dia Mundial no TRT5

Um verdadeiro mutirão de serviços para a prevenção de doenças e promoção da saúde. Assim foi celebrado o Dia Mundial da Saúde no TRT5 no último dia 7 de abril. Desenvolvido pela Coordenadoria de Projetos Especiais, a ação consistiu em aferições de teste de glicemia em 150 pessoas e de pressão arterial em 250 pessoas da casa e do público externo.

Foi oferecido também, durante o evento, um teste de acuidade visual, que contou com a participação de 79 pessoas, além de massagens terapêuticas, com 70 pessoas atendidas. A DayHorc, o Hemoba e a Vitalmed distribuíram folhetos e kits explicativos e a Secretaria Municipal de Saúde distribuiu 1.440 camisinhas e materiais sobre DST e AIDS, sífilis, hepatites B e C em todas as Varas do Fórum. Atividades educativas para a promoção da saúde bucal, oferecida pela Escola Pierre Fauchard, também fizeram parte do mutirão de serviços.



## Pedômetros em uso



Estimular a prática de atividades físicas através do uso do pedômetro, pequeno dispositivo portátil que conta os passos que uma pessoa dá, através da detecção dos movimentos dos quadris. Esse é o objetivo do Projeto *Mexa-se*, destinado aos servidores e magistrados que se considerem

sedentários ou pouco ativos (principalmente os que apresentem outros fatores de risco como sobrepeso/obesidade, hipertensão arterial, pré-diabetes/diabetes, distúrbios de colesterol e/ou triglicérides).

Os pedômetros foram entregues pela Coordenadoria de Projetos Especiais a partir do dia 1º de junho, junto com uma ficha de acompanhamento e instruções de uso. As inscrições aconteceram no mês de maio. O servidor ou magistrado participante do projeto fará registro da quantidade de passos/dia captados pelo aparelho. Ao final do período de 30 dias serão feitas análises para definição de categoria do indivíduo quanto ao nível de atividade física e comparação entre início e fim do uso do pedômetro, objetivando incentivar o início ou inserção da prática de exercícios no dia a dia.

De acordo com o número de passos dados por dia um indivíduo pode ser classificado em 5 categorias: sedentário (menos que 5.000 passos); pouco ativo (5.001 a 7.499 passos); razoavelmente ativo (7.500 a 9.999 passos); ativo (10.000 a 12.499 passos) e muito ativo (12.500 passos). Maiores informações pelo email [projotosespeciais@trt5.jus.br](mailto:projotosespeciais@trt5.jus.br)

## Humanizar é preciso

Humanizar é Preciso. Tem sido um sucesso o projeto, especialmente criado para valorizar e acolher os servidores aposentados e pensionistas do Tribunal que vêm anualmente ao TRT5 para recadastramento. Desenvolvido pela Coordenadoria de Projetos Especiais do TRT5, este ano a programação contou com o apoio da Casa de Arte Mara Rúbia Damasceno e da ASA5.

Foram ministradas duas Oficinas de Artesanato: na primeira, a artesã Paula ensinou a fazer africanas feitas com garrafas de cerveja *long neck*. Na segunda, a artesã Mara Rúbia ensinou a fazer chaveiros de feltro. "Além de trazer conhecimento e preencher o tempo, a produção artística estimula o cérebro e combate doenças. As atividades artesanais permitem também que as pessoas se relacionem e façam novas amizades", afirmou Mara Rúbia.

A programação contou também com cursos de customização de tiaras e de descansador de panelas com tampas de garrafa, com as artesãs Mara Rúbia e Lene. Mais informações sobre futuras atividades podem ser obtidas através do e-mail [projotosespeciais@trt5.jus.br](mailto:projotosespeciais@trt5.jus.br), ou nos telefones (71) 3319-7667 / 7412.





Conscientização do público: a ponte para a cidadania



TRT5 na Ação Global: Investindo no futuro



PJe-JT recebido com música em Irecê



Mãos que fazem a Justiça passando por manutenção na Semana da Mulher

Índios mostram a sua cultura no 2º Encontro de Boas Práticas



Apresentação no II Encontro de Boas Práticas

Time do regional baiano se faz presente no evento de cidadania



“As Mulheres do Carvalho” encenada pelo Grupo de Teatro do TRT5

# PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe-JT

## PJe: implantação será concluída até outubro

**Conceição do Coité**

30 de outubro

**Paulo Afonso**

16 de outubro

**Itaberaba**

14 de setembro

**Euclides da  
Cunha**

29 de outubro

**Cruz das  
Almas**

31 de agosto

**Simões Filho**

19 de outubro

**St. Antônio de Jesus**

31 de agosto

**Ipiaú**

29 de setembro

**Jequié**

28 de setembro

[www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br)







**Saúde e  
qualidade de vida  
em primeiro lugar**

**Cobertura nacional e no interior da Bahia.**

**Adesão até 15 de julho, quarta-feira,  
para o plano valer a partir de 1º de agosto.**



<http://saude.trt5.jus.br>